



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

1. ABERTURA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Descentralização de competências no domínio da educação – Pronúncia sobre o projeto de mapas remetido ao Município

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Associação Nacional dos Municípios Portugueses - Revisão trienal do Zonamento do IMI - Indicação de técnico como interlocutor municipal
- 1.2. ANDP-ie | RE-NASCER - Resolução e cedência de posição contratual em Protocolo
- 1.3. Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de transporte
- 1.4. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de transporte – Alteração de data
- 1.5. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera – Pedido de atribuição de subsídio para aquisição de veículo ligeiro de combate a incêndios

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração das Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2019

3. Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas

- 3.1. Fornecimento de água para abastecimento público – Faturação novembro de 2018

4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

- 4.1. Obras particulares
- 4.2. Confirmação do estado de conservação de imóvel



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

- 4.3. Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 – Decisão após audiência dos interessados
- 4.4. Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes, afetadas pelo incêndio de junho de 2017 – Autorização para pedido de empréstimo à Direção-Geral das Autarquias Locais
5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 5.1. Empreitada “Medidas emergentes nas áreas de intervenção prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017” – 2ª fase
 - 5.2. Empreitada de “Regeneração de edifícios e construções municipais, edificações municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017” – Abertura de procedimento

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 6/2019, respeitante à reunião de 29 de março, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração às mesmas.

Verificando-se por parte do Sr. Vereadores António Antunes algumas sugestões de alteração à ata, as mesmas foram consideradas, tendo a Sra. Presidente dado instruções para o efeito.

Não se registando mais observações, a Sra. Presidente submeteu a ata votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por informar que o representante da Comissão Técnica do Fundo Revita veio solicitar a indicação dos técnicos do Município que tinham estado na elaboração do levantamento das habitações afetadas nos incêndios de junho de 2017, esclarecendo que este pedido veio na sequência do requerido pela equipa do Tribunal de Contas, que está a executar a auditoria ao Fundo Revita. Deu conta que o Município respondeu com a indicação dos técnicos do Município bem como dos técnicos do IHRU, da Segurança Social e da CCDR-C que estiveram presentes.

Continuando, informou, relativamente ao Restaurante Poço Corga, que já foi elaborada pelos advogados de ambas as partes uma minuta de acordo no que concerne à rescisão do contrato de arrendamento estando neste momento a ser objeto de algumas correções a incoerências detetadas.

Em seguida, informou que no âmbito da 5.ª edição do projeto de empreendedorismo nas escolas promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, se vai realizar o “Concurso Municipal de Ideias de negócio” que



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

terá lugar amanhã, dia 17 de maio, pelas 15 horas, no Auditório da Praça da Notabilidade.

Por último, informou que devido ao elevado volume de trabalho, à falta de recursos humanos e a algumas questões técnicas não houve condições de ultimar alguns pontos da ordem de trabalhos que assim foram retirados.

Interveio a Dra. Bernardina para, em complemento, dar alguns esclarecimentos sobre os procedimentos e as questões técnicas relativas a alguns dos pontos retirados.

Nessa sequência, foram colocadas algumas questões pelos Senhores Vereadores do PS que foram respondidas, tendo os mesmos manifestado a sua preocupação sobre estes constrangimentos que, em sua opinião, acabam por prejudicar o investimento no nosso concelho.

O Vereador Gonçalo Lopes referiu, nomeadamente, que conhece todos os constrangimentos da Câmara Municipal porém, considera ser necessário construir soluções para ultrapassá-los, e urgentemente operacionalizar as verbas que o Município tem disponíveis ou em vias de disponibilização.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes que, no seguimento, solicitou que lhe fosse facultada informação de todas as candidaturas e de todos os projetos para perceber o ponto de situação de cada um deles.

Em resposta, a Sra. Presidente deu conta que praticamente todas as candidaturas já foram apresentadas, com exceção da candidatura de reabilitação de equipamento urbano e a de reabilitação de edificações municipais.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO – PRONÚNCIA SOBRE O PROJETO DE MAPAS REMETIDO AO MUNICÍPIO

Presente e-mail remetido, em 08/04/2019, pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), contendo ofício da Secretaria de Estado das Autarquias Locais alusivo à concretização da descentralização de competências no domínio da Educação, ao qual se encontram anexados os projetos de mapas que identificam os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas e o património a transferir para o Município.

Considerando que o Município dispõe do prazo de 30 dias corridos, a contar da data de receção do ofício em apreço, para se pronunciar, querendo, sobre os projetos de mapas supra mencionados;

Considerando que após análise dos documentos em causa se concluiu que os mesmos não traduzem de forma completa a realidade de facto efetivamente existente sobre a matéria, encontrando-se valores ali estipulados aquém do que seria necessário, e/ou revelando omissões importantes;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Considerando que, pela sua pertinência se impõe apontar, nomeadamente, os seguintes aspetos:

- Ao nível dos recursos humanos/colaboradores, verifica-se que os mapas não são suficientemente discriminativos para se aferir se os valores indicados contemplam todas as situações, a que acresce o facto de a informação constante dos mesmos não conter elementos como sejam a posição remuneratória em que cada trabalhador se encontra e qual a previsão de alteração do respetivo posicionamento remuneratório, o que está dependente do tempo de serviço e da avaliação de desempenho de cada um. Mais, de igual modo sobre esta matéria, nada é referido quanto a eventuais prestações sociais (ex: abono de família), e encargos com o subsistema de saúde ADSE, nem quanto à situação de inscrição de cada trabalhador(a) na Caixa Geral de Aposentações ou na Segurança Social, facto que é relevante, nomeadamente, em situações de ausências ao serviço por motivo de saúde e ou maternidade/paternidade;
- Quanto aos imóveis, refira-se, desde logo, a antiguidade de alguns, as deficiências de que padecem, o estado de degradação existente quer em imóveis, quer em alguns espaços, o que determina a necessidade de execução de intervenções que se revelam indispensáveis ao bom funcionamento dos mesmos, que podem até ser estruturais, sem esquecer a construção de raiz de infraestruturas relevantes como seja a cobertura de ligação entre os blocos A e B e a tomada de medidas tendentes à modernização daquele complexo escolar, quer ao nível dos edifícios, quer ao nível dos recursos técnicos e materiais.
As intervenções a efetuar, designadamente para correção de deficiências nos imóveis/espacos, implicam verbas de elevado montante, que extravasam, em muito, os valores constantes dos mapas, e cuja responsabilidade de execução poderá recair sobre o Município no caso de concretização da transferência de competências.
Impõe-se também referir que dos mapas não consta a indicação de que os imóveis em causa são considerados como prioritários para efeitos de intervenções. Tal questão carece de clarificação, pois o estado dos mesmos merece um tratamento diferenciado, de modo a dotar os referidos espaços das condições mais adequadas ao fim inerente à sua utilização;
- No que concerne a seguros, refira-se que não se encontram contemplados nos mapas alguns que o Município considera de relevante importância, como seja o dos próprios imóveis (caso se opere a transferência dos mesmos), do pessoal/colaboradores e dos alunos;
- Relativamente a outros custos, salienta-se a omissão de intervenções ao nível dos arranjos exteriores, incluindo a jardinagem, bem como a inexistência de elementos que permitam fazer uma análise aturada sobre a dotação apresentada para outras rubricas/atividades;
- Por último, e em decorrência da análise efetuada, não se pode deixar de apontar os constrangimentos que condicionaram a presente pronúncia, por falta de elementos, sendo, por isso, nosso entendimento que, dada a natureza e características deste processo, o acesso a outros elementos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

que consideramos relevantes constituiria solução adequada a permitir que o Município se inteirasse o melhor possível, de toda a realidade de facto existente, possibilitando, assim, uma pronúncia mais real e objetiva, imbuída dos princípios subjacentes à atividade administrativa de que se realça a satisfação do interesse público

Nos termos expostos e atendendo a que a presente transferência de competências (a ocorrer) deve ser acompanhada de recursos financeiros que permitam fazer face a todos os encargos associados à mesma, encontrando-se alguns dos mapas inquinados pelos vícios já referidos, conclui-se que existe elevada probabilidade de tal não vir a ocorrer, o que assume particular acuidade neste Município atendendo à manifesta escassez de recursos técnicos, financeiros, materiais e humanos de que o mesmo já padece, pelo que o não cumprimento daquele desiderato terá aqui um impacto avassaladoramente negativo, com grave lesão dos interesses públicos envolvidos.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere manifestar discordância relativamente aos mapas apresentados e, conseqüentemente, aos valores propostos para a transferência de competências na área da educação para este Município.

DISCUSSÃO:

No uso da palavra, a Sra. Presidente teceu alguns comentários relativamente aos aspetos apontados na proposta de deliberação dada a importância que representam.

Nessa sequência, o Sr. Vereador António Antunes questionou como foram aferidos os valores, tendo a Sra. Presidente respondido que foram solicitados ao próprio Agrupamento e citado, a título de exemplo, alguns dos mesmos que, pese embora estejam, aparentemente, muito próximos dos montantes apresentados existem algumas diferenças, acrescentando que, é com base nestes números que se propõe seja enviada a comunicação à DGAL, no sentido de não aceitar taxativamente estes números.

Seguidamente, questionou se os Senhores Vereadores tinham alguma sugestão a fazer.

De novo com a palavra, o Sr. António Antunes referiu que a única coisa que tem para dizer é que lamenta que não se tenha mantido o princípio com que iniciamos o processo da descentralização, na sua opinião bem iniciado, e está a terminar desta forma, sem haver previamente uma discussão com os vereadores do PS sobre o assunto. Repetiu que o processo da descentralização começou bem, com discussão conjunta, porém nos temas mais importantes como é a saúde e agora a educação já não foram chamados à discussão. Na sua opinião estes assuntos deveriam ter sido discutidos de uma forma mais aprofundada e em conjunto, da mesma forma que se fez para as outras competências, lamentando que tal não tenha ocorrido.

Refutando, a Sra. Presidente referiu que até teve o cuidado de questionar os Senhores Vereadores se tinham alguma coisa a acrescentar.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

De imediato, o Sr. Vereador António Antunes respondeu que não tem na sua posse os documentos que a Sra. Presidente tem sendo que, no mínimo, deveria ter remetido previamente aos Vereadores do PS todos os elementos que lhe foram fornecidos.

Depois de uma breve troca de impressões entre ambos, sobre os moldes em que está a ser apresentada esta proposta, o Sr. Vereador António Antunes continuou referindo que tem duas questões que para colocar, nomeadamente sobre a gestão da cantina e sobre os edifícios do 2.º e 3.º ciclos que necessitam de intervenção em termos de modernização e de informatização.

Prosseguindo, referiu que, na sua opinião, são questões que deveriam ficar salvaguardadas nesse documento, em concreto a questão do edifício que, das duas uma, ou são feitas as obras antes de ser concretizada a transferência de competências ou então a Administração Central terá de assegurar condições técnicas e financeiras para que o Município as faça.

A Sra. Presidente informou que essa questão estava elencada na proposta de deliberação, citando-a, apesar de a Secretaria de Estado vir dizer que *“a realização de investimentos de construção de novas infraestruturas bem como de intervenção, de requalificação e modernização de grandes dimensões ficam sob a responsabilidade da Administração Central”*.

Na sequência, o Sr. Vereador António Antunes sublinhou que é importante clarificar o que é que a Administração Central considera para o efeito, nomeadamente se também aí se enquadra a questão da informatização.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que verificando-se que os valores que a Sra. Presidente pediu ao Agrupamento e os valores da Administração Central apresentam aquela discrepância, questiona o que fez o Município para perceber como pensa a Administração Central colmatar esta situação.

Em resposta a Sra. Presidente informou que o Município, até ao dia 9 ou 10 de maio, terá de enviar a comunicação da posição do Município relativamente à proposta apresentada pela Administração Central de modo a que se evite um problema de mais tarde não haver nada a fazer se não nos pronunciarmos. Informou, ainda, que a comunicação da Câmara se assume ou não a competência terá de ser efetuada até 30 de junho.

Tomando de novo a palavra, o Sr. Vereador António Antunes perguntou, relativamente à cantina, como pensa o Município fazer a gestão porque no fundo ficará com duas cantinas e se a pretensão vai no sentido da uniformização.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que lhe parece que terão de se manter as duas cantinas podendo é não ser nos mesmos moldes e, se assim for, implicará mais contratações, acrescentando também, que se for no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

sentido da uniformização isso implicará ir buscar algum dinheiro para depois uniformizar.

No uso da palavra, a Sra. Presidente transmitiu alguns valores para os Senhores Vereadores terem uma ideia, nomeadamente o investimento do Município, em 2018, com o ensino o pré-escolar, no montante de 72.995,540 €, tendo sido ressarcido em 18.594,00 € e com o 1.º ciclo, no montante de 113.119,89 €, com uma receita 29.553,24 €, salientando que as despesas com pessoal e com transporte têm um peso muito significativo nestes dois graus de ensino.

Explicou, ainda, que os únicos valores que o Agrupamento tem e que pode disponibilizar dizem respeito ao valor da receita que obtém todos os meses com as senhas de refeitório e que transfere para a Dgeste porque não sabe quanto é que esta entidade paga à empresa que presta o serviço de fornecimento de refeições.

Em seguida, a Sra. Presidente citou os valores que o Agrupamento recebeu na cobrança dessas senhas de refeitório, nomeadamente em janeiro, 1.103,00€, em fevereiro, 963,00€ e em março 838,00€ sendo que pode variar porque há 3 escalões de pagamento, 1,46 €, 0,83 € e 0 € mas que se consegue fazer uma média de receita de mil euros por mês. Concluiu referindo que poderá fazer sentido uniformizar se a Administração Central deixar de ter qualquer intervenção, no entanto, considera que esta questão tem de ser muito bem analisada.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes concluiu que poderá fazer sentido uniformizar mas numa fase posterior.

Para terminar, referiu que os Vereadores do PS não querem tirar nenhuma ilação no que se refere aos números do pré-escolar e do 1.º ciclo mencionados pela Sra. Presidente, onde a Câmara Municipal tem uma intervenção mais aprofundada.

Acrescentou considerar que este Município tem tido a preocupação, e no ponto de vista dos Vereadores do PS bem, de assumir esse custo social no sentido de proporcionar as melhores condições às nossas crianças ainda que, percebam que do ponto de vista financeiro isso implica algum esforço.

Como tal, transmitiu, como “*declaração de princípio*”, que os Vereadores do PS não querem conceber que, de alguma forma, esta filosofia seja alterada.

Interrompendo, a Sra. Presidente referiu que “*antes pelo contrário*”, dando conta que este executivo tem procurado, desde que está em exercício de funções, suprir todas as situações que lhe são reportadas quer na pré-escola, quer no 1.º ciclo.

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça referiu que, neste momento, o que interessa é que a Administração Central entenda que o Município ao ficar com as coisas por fazer seja ressarcido do valor exato delas acrescentando que “*à posteriori o Município poderá melhorar o serviço mas não quer ficar, agora, penalizado*” porque há variáveis que não se conseguem controlar. Salientou ainda, que o que o Município pretende é que durante a negociação da transferência da educação seja o mais apoiado possível para que não haja, mais tarde, discrepâncias.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Seguiu-se mais uma breve troca de impressões sobre o assunto onde se verificou a concordância de que a posição do Município deverá ficar bem vinculada durante a negociação com a Administração Central.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES – REVISÃO TRIENAL DO ZONAMENTO DO IMI – INDICAÇÃO DE TÉCNICO COMO INTERLOCUTOR

Presente e-mail remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses em 17/04/2019, solicitando a nomeação de um técnico com habilitações adequadas, para servir de interlocutor da Autarquia junto do perito local designado pela Autoridade Tributária e coadjuvar no âmbito do processo de revisão trienal do zonamento, previsto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Propõe-se, assim, que a Câmara Municipal nomeie para o efeito a Técnica Superior de Engenharia Civil do Mapa de Pessoal deste Município Ana Paulo David Antunes Lourenço.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vice-Presidente declarou-se impedido por ser cônjuge da técnica em causa, o que foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

6. ANDP-IE | RE-NASCER – RESOLUÇÃO E CEDÊNCIA DE POSIÇÃO CONTRATUAL EM PROTOCOLO

Presente e-mail remetido, em 09/04/2019, pela ANDP-ie a comunicar a pretensão de ceder a posição contratual que detém no Protocolo de Cedência de Espaço outorgado com este Município em 12/09/2018 a favor da Associação Rede do Progresso.

Considerando o disposto no artigo 424.º do Código Civil no que concerne à cessão da posição contratual;

Considerando que a alteração requerida não implica qualquer modificação no objeto do Protocolo nem põe em causa os fundamentos que subjazeram à outorga do mesmo, não se vislumbrando, assim, quaisquer inconvenientes na concretização do pedido;

Considerando que se encontram verificados os formalismos legais tendentes à materialização da cedência da posição contratual estabelecida com a ANDP-ie à entidade Associação Rede do Progresso, enquanto promotora da iniciativa RE-NASCER;

Considerando que a cessão da posição contratual não exige uma prévia resolução do Protocolo por parte da ANDP-ie, não devendo, assim, ser atendido o pedido pela mesma formulado nesse sentido;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceitar a cessão da posição contratual no Protocolo em apreço a favor da Associação Rede do Progresso, cessando a relação protocolada com a ANDP-ie na data da formalização da mesma ou nos termos nela apostos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. CERCICAPER – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE

Presente pedido formulado pela Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Centro de Formação Profissional, para cedência de transporte, com destino ao CFPSPA – Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar da Pontinha e à Assembleia da República, em Lisboa, no dia 17 de maio de 2019

Considerando o elevado préstimo que esta instituição tem no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local, bem como para a população de vários concelhos limítrofes, uma vez que a ação desta entidade se estende para além das fronteiras concelhias;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Considerando a manifesta relevância sociocultural da atividade em apreço, nomeadamente, para os utentes da Cercicaper;

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando a requerente do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade em minuta.

8. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – ALTERAÇÃO DE DATA

Presente pedido formulado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera a solicitar cedência de transporte para o dia 05 de maio de 2019, a fim de transportar os participantes na caminhada "Pelo Encanto das Quelhas", no percurso de ida e volta entre a vila Castanheira de Pera e o Coentral Grande.

Considerando a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 15/04/2019, sobre a cedência de transporte para o mesmo efeito, mas para data diferente da agora indicada, que acabou por não se concretizar;

Considerando que os pressupostos que subjazeram à decisão então tomada se mantêm inalterados e que não se verificam impedimentos quanto à cedência de transporte na nova data requerida;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

9. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO LIGEIRO DE COMBATE A INCÊNDIOS

Presentes e-mails remetidos pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera (AHBVCP) solicitando a comparticipação do Município no montante 8.279,13 € (oito mil duzentos e setenta e nove euros e treze centimos) para aquisição de um veículo ligeiro de combate a incêndios (VLCI) no âmbito de candidatura que submeteu ao POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos).

Considerando o espírito de cooperação existente entre ambas as instituições;

Considerando que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, Instituição de Utilidade Pública, desenvolve uma atividade de grande relevância na comunidade local, nomeadamente, ao nível da proteção civil e da prestação de serviços de socorro à população;

Considerando a mais-valia que o veículo em causa trará no reforço de meios disponíveis para o combate a incêndios;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, atribuindo à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera a verba de 8.279,13 € (oito mil duzentos e setenta e nove euros e treze centimos) solicitada para aquisição da viatura em apreço.

Mais se propõe, que a atribuição do presente apoio seja formalizada mediante a outorga de Aditamento ao Protocolo de Colaboração celebrado com aquela entidade para o ano de 2019, nos precisos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

10. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 23 de abril de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.338.996,20 € (dois milhões trezentos e trinta e oito mil novecentos e noventa e seis euros e vinte centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.312.353,49 € (dois milhões trezentos e doze mil trezentos e cinquenta e três euros e quarenta e nove centimos) e as operações não orçamentais no valor de 26.642,71 € (vinte e seis mil



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

seiscentos e quarenta e dois euros e setenta e um cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.349.139,50 € (dois milhões trezentos e quarenta e nove mil cento e trinta e nove euros e cinquenta cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

11. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 11/04/2019 e 23/04/2019, registados sob os números 465 a 489, 491 a 494 e 500, no valor total de 108.860,13 € (cento e oito mil oitocentos e sessenta euros e treze cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

12. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 8.280,00 € (oito mil duzentos e oitenta euros) nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 7.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 8.280,00 € (oito mil duzentos e oitenta euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - FATURAÇÃO NOVEMBRO DE 2018

Presente Parecer emitido, em 28/03/2019, pelo escritório de advogados Teófilo Araújo dos Santos, pronunciando-se sobre a faturação relativa ao consumo de água no mês de novembro de 2018, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

Considerando o enquadramento factual constante do aludido Parecer, bem como os argumentos aí aduzidos e os fundamentos apontados para a tomada de decisão pela Câmara Municipal;

Considerando que a faturação do consumo de água emitida no mês de novembro de 2018 gerou no sistema vários alertas de situações anómalas relativamente à média de consumos anteriores, as quais foram referenciadas pelos respetivos serviços municipais;

Considerando também:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

- Que, nos termos do artigo 28.º, n.ºs 1 e 2 do Regulamento n.º 594/2018 - Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, publicado em Diário da República, na Série II de 2018-09-04, em diante Regulamento ERSAR, «os caudais de água fornecida e de águas residuais urbanas recolhidas são objeto de medição para efeitos de faturação e/ou determinação dos rendimentos tarifários», sendo essa medição «efectuada de forma contínua através dos instrumentos instalados, sendo a respectiva leitura realizada com a periodicidade fixada no contrato de fornecimento ou recolha, não podendo o intervalo entre duas leituras consecutivas ser superior a dois meses».
- Que, conforme estabelecido pelo mencionado Regulamento ERSAR, «[o] utilizador do serviço em alta pode, ainda, solicitar a verificação do instrumento de medição quando o mesmo haja começado a registar consumos que, face ao seu registo habitual e à época da ocorrência, se possam considerar anormais», e, «no caso de comprovada avaria, dano, deterioração ou desaparecimento do instrumento de medição, o volume de água presumivelmente consumido é determinado pela média dos consumos do período homólogo do ano anterior.» – cfr. artigo 29.º, n.ºs 5 e 7.
- Que, segundo o disposto nas normas do artigo 88.º do referido Regulamento ERSAR, « (...) 10- A deteção de uma anomalia no volume de água medido por um contador dá lugar à correção da fatura emitida, quer do serviço de abastecimento de água como dos demais serviços cujas tarifas estejam indexadas ao volume de água consumida. 11- A correção da faturação a que se refere o número anterior tem por base a percentagem de erro apurada na verificação periódica ou extraordinária do contador e afeta apenas os meses em que os consumos se afastem mais de 25% do valor médio relativo: a) ao período de 6 meses anteriores à substituição do contador; b) ao período de funcionamento, se este for inferior a 6 meses. 12- No caso de comprovada paragem do contador, a faturação é corrigida com base no consumo médio apurado entre as duas leituras subseqüentes à substituição do contador (...).».
- Que, conforme estabelecido no artigo 87.º, n.º 1 do Regulamento ERSAR, «1 - O contador fica à guarda e fiscalização imediata do utilizador, o qual deve comunicar à entidade gestora todas as anomalias que verificar, nomeadamente, não fornecimento de água, fornecimento sem contagem, contagem deficiente, rotura e deficiências na selagem, entre outros.»
- Que o artigo 93.º do Regulamento ERSAR, com a epígrafe “Estimativa de consumo de água”, estabelece que: «1 - Nos períodos em que não haja leitura do contador, o consumo é estimado: a) em função do consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais e efectuadas pela entidade gestora; b) em função do consumo médio do período homólogo do ano anterior quando o histórico dos consumos revele a existência de sazonalidade; c) em função do consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subseqüente à instrução do contador.(...).».



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

- Que a Lei dos Serviços Públicos – Lei n.º 23/96, de 26 de julho – no seu artigo 12.º prevê que «[s]empre que, em virtude do método de faturação utilizado, seja cobrado ao utente um valor que exceda o correspondente ao consumo efetuado, o valor em excesso é abatido da fatura em que tenha sido efetuado o acerto, salvo caso de declaração em contrário, manifestada expressamente pelo utente do serviço.». Preceito este que se relaciona com o estabelecido no artigo 34.º do Regulamento ERSAR e com o previsto no artigo 67.º, n.º 6, alíneas a) e b) do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabeleceu o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.
- Que o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, prevendo no seu artigo 6.º, n.º 2, com a epígrafe “Princípio da autonomia financeira”, que: «2- A autonomia financeira das autarquias locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos: (...) d) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas.»
- Que a proteção de direitos económicos do consumidor tem consagração constitucional no artigo 60º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa, em diante Constituição, conforme se passa a citar: «1 - Os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à formação e à informação, à protecção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação de danos.»
- Que a Lei de Defesa do Consumidor, aprovada pela Lei n.º 24/96, de 31 de julho, dá cumprimento ao citado imperativo constitucional, reafirmando, no seu artigo 3.º, al. e), o direito à proteção dos interesses económicos dos consumidores, concretizando, no seu artigo 9.º, n.ºs 1 e 8, que «1 - O consumidor tem direito à proteção dos seus interesses económicos, impondo-se nas relações jurídicas de consumo a igualdade material dos intervenientes, a lealdade e a boa-fé, nos preliminares, na formação e ainda na vigência dos contratos. (...) 8 - Incumbe ao Governo adotar medidas adequadas a assegurar o equilíbrio das relações jurídicas que tenham por objeto bens e serviços essenciais, designadamente água, energia elétrica, gás, telecomunicações e transportes públicos;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, relativamente aos casos referenciados pelos serviços camarários como tendo sido alvo de leituras anómalas reportadas a novembro de 2018, o seguinte:

- Apurar, por reporte aos consumos reais lidos nos últimos dois meses, a média aritmética dos seis meses de consumo que precederam a leitura efetuada em novembro de 2018;
- Com base nessa média, apurar o escalão da tarifa variável do consumo de água que seria aplicável em cada um desses seis meses;
- Proceder, com reporte ao acima apurado, à correção das faturas emitidas na sequência das leituras efetuadas em novembro de 2018;
- Permitir aos utilizadores, nos casos em que tal faturação corrigida se afaste em mais de 25% do valor médio relativo, o pagamento da fatura corrigida em prestações mensais, com o valor mínimo mensal a fixar por acordo a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

estabelecer com os mesmos, dando-se poderes para esse efeito à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Mais se propõe, que a presente deliberação seja aplicada a todos os consumidores/utilizadores que foram referenciados pelos serviços camarários como tendo sido alvo de leituras anómalas reportadas a novembro de 2018, quer àqueles que ainda não efetuaram o respetivo pagamento, quer aos que já o fizeram, sendo que em relação a estes últimos deverá ser efetuado o respetivo acerto de contas.

Nos casos em que ainda não tenha sido possível efetuar leituras reais, nomeadamente, por deficiências no funcionamento do contador ou por este se encontrar inacessível, considerando a responsabilidade subjacente a tais circunstâncias e não se vislumbrando a possibilidade de encontrar um critério que satisfaça de modo pleno os interesses em causa, quer no que respeita ao ente público, quer ao ente privado, desde logo pela inexistência de um valor de referência, e atendendo também ao princípio da boa-fé que deve nortear a atuação da administração pública, propõe-se ainda que a aplicação da presente proposta de deliberação tenha por referência o valor 0.

DISCUSSÃO:

Tomou a palavra a Sra. Presidente para dar uma breve explicação sobre o assunto e solicitar que a Dra. Bernardina Macedo informasse, em traços gerais o que, de relevante, tinha ocorrido.

Interveio então a Dra. Bernardina para informar relativamente a este ponto que no ano passado a Sra. Presidente determinou que fosse feita uma verificação aos contadores de água da zona que estava afeta ao Sr. José Gabriel porque, de vez em quando, apareciam pessoas a reclamar sobre a sua faturação de água. Explicou esse trabalho foi efetuado pelo trabalhador Bruno Antão, com a colaboração do Sr. José Gabriel e que, nessa sequência, foram detetadas duas situações, uma em que as leituras nos contadores eram inferiores às que as pessoas já tinham pago, outra onde se verificava o inverso. Mais explicou que estas situações quando introduzidas no programa contabilístico da água geraram alertas.

No sentido de clarificar e melhor informar os consumidores, foram agendadas reuniões com os mesmos, na Câmara Municipal e na Casa do Concelho em Lisboa, tendo, na sua maioria os consumidores que compareceram, compreendido a situação e alguns solicitado a elaboração de planos de pagamento para regularizar a quantia em dívida.

Mais informou que entretanto a Câmara começou a receber reclamações de consumidores que não tinham estado presentes nas reuniões, algumas dessas reclamações foram inclusivamente dirigidas à DECO e à ERSAR, tendo nesse âmbito o escritório de advogados Teófilo Araújo dos Santos, emitido o parecer, que a Sra. Presidente citou, onde são aduzidos os argumentos e os fundamentos que servem de base a esta proposta de deliberação.

Na sequência, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o que está aqui em causa é encontrar uma solução equitativa para os excessos e os défices de faturação sendo que no fundo, o que o parecer diz é o que a própria lei diz ou seja



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

fazer a média aritmética dos últimos 6 meses e é dada a possibilidade de pagar em várias prestações.

Intervindo, a Dra. Bernardina esclareceu que o problema foi encontrar um critério para resolver este problema, tendo o escritório de advogados proposto ter por base os consumos reais entretanto já existentes, pese embora ainda não termos consumos reais em algumas situações, mas são muito poucas.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes comentou que, “*por falar em critérios*”, o critério de faturação utilizado pela Câmara neste momento é faturar todos os meses e fazer leituras de 2 em 2 meses questionando por que razão na Gestosa se fez leitura em dois meses consecutivos e porque andam hoje dois leitores cobradores na mesma zona, um na Gestosa e outro na Barreira.

Em resposta a Sra. Presidente informou que o procedimento efetivamente é o que já foi explicado em reunião de executivo e não sabe porque está a ser feita a leitura todos os meses solicitando a presença do colaborador Sr. Hugo Correia, do serviço de processamento e de gestão contabilística das águas, para explicar a situação.

Já na presença do Sr. Hugo Correia, a Sra. Presidente expôs as dúvidas do Sr. Vereador António Antunes tendo então aquele colaborador começado por explicar que, efetivamente, a leitura foi efetuada no mês passado e está a ser efetuada novamente este mês porque não se conseguiu concluir a leitura de todos os contadores daquela zona no mês passado e como estávamos em cima do limite de tempo para a faturação optou-se por concluir as leituras este mês, sendo que poderão ter havido contadores que foram lidos nos dois meses, porém a faturação só num dos meses foi por leitura real sendo no outro por estimativa. Quanto ao facto de hoje andarem dois leitores cobradores na mesma zona informou que foi precisamente para se concluir a leitura para ser introduzida ainda hoje para efeitos de faturação.

Esclarecidas as questões, o Sr. Vereador António Antunes interveio novamente apenas para concluir que a deliberação em suma é a transcrição do parecer emitido pelo escritório de advogados tendo a Dra. Bernardina respondido que parte da deliberação é o que o referido escritório propõe em junção com as situações “*sui generis*” que a Câmara tem para resolver.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

15. OBRAS PARTICULARES

Ponto retirado da ordem do dia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

16. CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEL

Ponto retirado da ordem do dia.

17. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Considerando que, por despacho de 25/03/2019, ratificado pela deliberação da Câmara Municipal de 29/03/2019, foi tomada decisão no sentido de indeferir a pretensão do requerente cujo processo corre termos neste Município sob o número de ordem SF4, tendo o mesmo, nessa sequência, sido notificado para exercer, querendo, o direito de audiência;

Considerando que o requerente veio apresentar exposição, datada de 16/04/2019, no âmbito do exercício daquele direito;

Considerando que em 17/04/2019 foi emitido Parecer pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo pronunciando-se no sentido de que não assiste razão ao requerente nos argumentos apresentados, propondo, assim, que a decisão anteriormente tomada se mantenha nos seus precisos termos;

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos constantes do referido Parecer, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, a Câmara Municipal delibere converter em definitiva a proposta de indeferimento anteriormente tomada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem MO2 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Presente Despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara em 17/04/2019, determinado o deferimento do pedido formulado pela requerente do processo acima identificado, nos termos e com os fundamentos constantes do aludido Parecer.

Propõe-se que, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o Despacho em apreço, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

19. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem SV4 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Presente Despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara em 17/04/2019, determinado o deferimento do pedido formulado pela requerente do processo acima identificado, nos termos e com os fundamentos constantes do aludido Parecer.

Propõe-se que, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o Despacho em apreço, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

20. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem MO3 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Presente Despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara em 17/04/2019, determinado o deferimento do pedido formulado pela requerente do processo acima identificado, nos termos e com os fundamentos constantes do aludido Parecer.

Propõe-se que, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o Despacho em apreço, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

21. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal de 11/03/2019, foi tomada decisão no sentido de indeferir a pretensão da requerente cujo processo corre termos neste Município sob o número de ordem SP3, tendo a mesma, nessa sequência, sido notificada para exercer, querendo, o direito de audiência;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Considerando que a requerente veio apresentar exposição, datada de 10/04/2019, no âmbito do exercício daquele direito;

Considerando que em 17/04/2019 foi emitido Parecer pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo pronunciando-se no sentido de que a requerente não apresentou argumentos de facto ou de direito que fundamentem a alteração da decisão anteriormente tomada, propondo, assim, que a mesma se mantenha nos seus precisos termos;

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos constantes do referido Parecer, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, a Câmara Municipal delibere converter em definitiva a proposta de indeferimento anteriormente tomada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

22. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Presente Parecer emitido em 17/04/2019 pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo referente ao processo SF3 no âmbito do programa de apoio à reconstrução de habitações não permanente, afetadas pelo incêndio de junho de 2017, pronunciando-se no sentido de que deve ser considerado extemporâneo o documento apresentado pelo requerente em 15/04/2019, uma vez que o prazo do direito de audiência se tinha esgotado, a que acresce o facto de o mesmo não suprir as causas que levaram ao indeferimento do pedido.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere manter a decisão de indeferimento do pedido formulado pelo requerente, conforme deliberação tomada em reunião ordinária de 29/03/2019, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do aludido Parecer, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

23. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – DECISÃO APÓS AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS

Presente Parecer emitido pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao requerimento/processo sob o número de ordem BA4 apresentado no âmbito do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Presente Despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara em 17/04/2019, determinado o deferimento do pedido formulado pela requerente do processo acima identificado, nos termos e com os fundamentos constantes do aludido Parecer.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Presente novo Parecer emitido em 26/04/2019, pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao aludido processo, retificando o valor do apoio, por se ter verificado a existência de um manifesto lapso no montante apontado no anterior Parecer no que respeita à comparticipação, uma vez que aí foi considerado um valor superior ao máximo estipulado pelo Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017.

Presente, igualmente, novo Despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara na data de hoje, 26/04/2019, aceitando a retificação constante do já indicado Parecer, emitido hoje, pelo Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo, referente ao aludido processo, e mantendo o deferimento do pedido formulado pela requerente do processo acima identificado, com a correção ora efetuada, tudo nos termos e com os fundamentos constantes do aludido Parecer.

Propõe-se, assim, que, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os Despachos em apreço, cujas cópias se anexam à presente deliberação e aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

24. PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES, AFETADAS PELO INCÊNDIO DE JUNHO DE 2017 – AUTORIZAÇÃO PARA PEDIDO DE EMPRÉSTIMO À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Considerando que o artigo 17.º do Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução das Habitações Não Permanentes afetadas pelo Incêndio de junho de 2017 dispõe que para a concessão dos apoios financeiros previstos no mesmo a Câmara Municipal recorrerá a empréstimos concedidos pelo FAM, nos termos do artigo 154.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho, com a alteração que lhe foi introduzida pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, até 30 de abril de 2019, o Município apresenta à DGAL pedido de empréstimo acompanhado de deliberação autorizatória da Assembleia Municipal e do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente a que faz referência o artigo 5.º daquela Portaria, que, no caso é a CCDRC.

Considerando que, após a apreciação dos requerimentos apresentados no âmbito do Regulamento supra indicado, foi efetuado o cálculo do montante global pretendido pelo Município para fazer face àqueles que mereceram deferimento, tendo nessa sequência sido submetido o correspondente pedido de parecer à CCDRC através do quadro que se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais;

Considerando que, em 23/04/2019, a CCDRC emitiu parecer favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 154.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, em conjugação com o artigo 5.º da Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho, e o n.º 1 do artigo 165.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, quanto ao montante do



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

empréstimo que o Município se propõe contrair, atendendo à sua conformidade com o Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes, afetadas pelo Incêndio de junho 2017, com exceção do processo BA4, por a comparticipação relativa ao mesmo ser superior ao valor máximo estipulado pelo referido regulamento.

Propõe-se que a Câmara Municipal, tendo em conta a correção do valor do apoio a conceder ao processo BA4, efetuada por despacho da Senhora Presidente da Câmara proferido em 26/04/2019 e ora ratificado, considere o valor de 162.352,16 € (cento e sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois euros e dezasseis cêntimos) como montante global do pedido de empréstimo a submeter à DGAL, condicionado ao parecer favorável da CCDRC.

Mais se propõe, em conformidade com o supra mencionado que, nos termos do disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho, a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização para efetuar pedido de empréstimo à DGAL no montante global de 162.352,16 € (cento e sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e dois euros e dezasseis cêntimos), pelo prazo de 20 anos e um período de carência de 2 anos, conforme previsto no artigo 7.º daquele diploma legal.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que, independentemente da votação desta proposta de deliberação, o processo está fechado pelo que se impõe um balanço do que foi a abrangência e a ajuda que este programa de apoio efetivamente trouxe. Neste sentido, solicita a opinião da Sra. Presidente pois considera que neste momento se deve perceber qual é a sensibilidade do executivo em relação a esta medida.

Com a palavra, a Sra. Presidente informou que *“com toda a certeza que gostávamos que o balanço fosse de 104 pedidos, incluindo anexos e habitações”*, assegurando que este foi o apoio possível àqueles que se predispuseram em vir junto do município pedir apoio e que, depois de analisados, resultaram de 16 processos deferidos.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou quantos processos eram no total tendo a Sra. Presidente informado que deram entrada na Câmara Municipal 34 pedidos de apoio à reconstrução, incluindo anexos e habitações, e que terminaram em 15 processos aprovados.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que se constata que, num universo de 104 processos, apenas deram entrada na Câmara Municipal 34 pedidos de apoio o que *“em termos práticos é muito pouco”*.

Mais referiu que, no entendimento dos Senhores Vereadores do PS, tal como disseram na altura em que o regulamento foi discutido e votado em sede de reunião de Câmara, os moldes em que o regulamento foi aprovado excluíram, à partida, um conjunto grande de eventuais candidatos. Como tal, acentuou que *“a abrangência desta medida ficou, no nosso entendimento, muito aquém daquilo que seria espetável, mais, daquilo que seria desejável”* salientando que neste ponto está de acordo com a Sra. Presidente.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes lembrou que não há muito tempo a Sra. Presidente falou, em sede de reunião de Câmara, numa taxa de auxílio de 30% e não consegue, francamente, perceber como.

Intervindo, a Sra. Presidente lembrou que na altura discutiam os processos entrados e que os Senhores Vereadores do PS falaram em 10 processos.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes corrigiu, dizendo que na altura falaram em 10% e que se enganaram por 8 décimas.

Retorquindo, a Sra. Presidente fez notar que não podem fazer as contas nesses termos porque todo este processo *“era uma carta fechada”* porém o seu objetivo *“com toda a certeza”* era que todos os potenciais interessados tivessem acesso a este apoio, salientando que foi o possível face ao contexto, mas era o único que cumpriria o propósito de ajudar todos os interessados caso tivessem recorrido à ajuda e reunissem as condições exigidas.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que os números em questão estão muito aquém daquilo que era a taxa de esforço definida pelo Município, *“um milhão e meio de euros”* tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes complementado que o Executivo previu a possibilidade de recorrer a um financiamento naquele valor e acabamos o processo com *“162 mil euros”*.

Depois de uma troca de impressões sobre o valor previsto e o valor final de apoio à reconstrução e de uma troca de argumentos sobre os motivos que levaram a que não tivesse havido uma maior adesão a esta medida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes diz o seguinte: *“os senhores não fizeram o vosso trabalho de casa”, “não fizeram a devida triagem antes de avançarem quer com o montante máximo elegível, quer com a percentagem máxima de apoio o que se traduz neste resultado” e “não salvaguardaram os interesses de quem perdeu os seus bens no fogo”*.

Discordando, a Sra. Presidente referiu que essa era a opinião dos Senhores Vereadores do PS lembrando que o regulamento foi efetuado com base nas diretrizes da CCDD-C e que se tentou dar igualdade de oportunidades a todos.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez notar que não retira uma vírgula ao que disse, acrescentando *“os Senhores não foram competentes neste processo”*.

Usando da palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que não é porque o Sr. Vereador Gonçalo Lopes faz aquelas afirmações que passam a ser verdade.

Mais referiu que o Executivo ao salvaguardar os que perderam e os que não perderam porque se fosse irresponsável e tivesse feito uma avaliação como os Senhores Vereadores do PS fizeram *“com suposições e com avaliações a posteriori tinha dado esse resultado, o resultado de não defender os interesses dos que perderam e dos que não perderam, porque isto é uma dívida que fica”*.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou que, na sua opinião, o Executivo não efetuou a devida triagem, existindo aspetos do regulamento passíveis de alteração. Assim, considera que a abrangência do mesmo não foi assegurada, ficando muito aquém daquilo que seria expectável ou desejável a nível de apoios a conceder, o que se veio a traduzir na diminuta adesão da população àquele programa.

Contrapondo, a Sra. Presidente referiu que, com esta medida, a Câmara quis efetivamente dar um apoio porque nada a obrigava a fazê-lo. Mais referiu que ao fazê-lo, a Câmara tem de ter a noção até onde pode ir e não pode tomar uma decisão baseada em incertezas.

Salientou que já deu as explicações que tinha a dar sobre toda esta questão nas várias discussões que tiveram e que não pode deixar *“passar em vão que digam que é uma incompetência nossa ao termos feito o regulamento, os critérios de atribuição constantes do regulamento”*.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez notar que não colocou em questão o elaborar o regulamento mas sim *“a forma como chegaram à atribuição dos valores é que não foi competente porque os senhores não fizeram o trabalho que deviam ter feito”*.

Interrompendo, a Sra. Presidente referiu que era o entendimento dos Senhores Vereadores do PS tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes respondido que era o seu entendimento e que os resultados confirmam esse entendimento.

Novamente com a palavra, a Sra. Presidente frisou que foi feito o que se considerou exequível e de forma responsável, salvaguardando todos os interesses envolvidos, nomeadamente, a capacidade financeira da Autarquia, e a possibilidade de ajudar todos os interessados que quisessem recorrer à ajuda, conforme consta do Regulamento.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre a matéria o Sr. Vereador Gonçalo Lopes salientou que é *“lamentável que o resultado deste regulamento que poderia ser um instrumento importantíssimo para as pessoas e para as aldeias fique aquém de si próprio e que tem como resultado que poucas pessoas tenham condições em aderir a este programa de apoio o que se traduz num resultado muito acentuado naquilo que é o aspeto do ponto de vista paisagístico e urbanístico das aldeias”*.

Interrompendo, a Sra. Presidente expôs que deveriam ter existido *“mecanismos por parte da Administração Central para repor aquilo que foi perdido”* porque considera que as segundas habitações nestes territórios *“para nós são como se fossem primeiras habitações”*.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que depois desta contextualização e de se ter chegado a este valor, gostava de saber por que razão



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

perante a verba de *“162 mil euros e atendendo à realidade do Município o Executivo considera, ainda assim, contrair um empréstimo”*.

Retomando, a Sra. Presidente respondeu que como a Câmara precisa de fazer algumas intervenções não vai despende do montante que lhe poderá vir a fazer falta e prefere assumir a responsabilidade de contrair este empréstimo, que tem um período de carência de dois anos, apesar dos custos inerentes ao mesmo, a que acresce o facto de o contexto da situação estar expresso em diplomas legais específicos, onde se refere a contratação do empréstimo.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a gestão é da responsabilidade do Executivo em funções porém, na sua opinião, *“atendendo ao montante baixo”* seria preferível utilizar recursos próprios *“evitando, assim, os custos inerentes ao serviço da dívida”*, concluindo que se verifica que em termos de gestão a poupança deste Executivo *“é relativa”*.

Em resposta, a Sra. Presidente respondeu que teria de se aguardar para ver.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com os votos contra dos Senhores Vereadores do PS.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes justificou o sentido de voto dos Vereadores do PS proferindo a seguinte declaração:

“De forma muito sucinta e até para que não haja aqui mal entendidos, porque afinal de contas estamos a votar contra a pretensão, a intenção do Município contrair um empréstimo. Desde logo assegurar que os Vereadores do Partido Socialista não estão contra o apoio que se traduz através desta intenção, não podemos é estar de acordo com uma proposta que no nosso entendimento poderia ser perfeitamente satisfeita através de recursos próprios do Município e, não podemos de maneira nenhuma estar também satisfeitos e aprovar o próprio montante porque do nosso ponto de vista ele traduz uma clara inabilidade, para ser generoso, deste Executivo na gestão de todo este processo”.

25. EMPREITADA “MEDIDAS EMERGENTES NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS AFETADOS PELOS INCÊNDIOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017” – 2.ª FASE

Ponto retirado da ordem do dia.

26. EMPREITADA DE “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017” – ABERTURA DE PROCEDIMENTO

Ponto retirado da ordem do dia.

ENCERRAMENTO

27. ENCERRAMENTO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 8/2019

Reunião Ordinária de 26 de abril de 2019

Não tendo o público presente manifestado interesse em intervir e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e dez minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____